

ANEXO V

ATA DE OBRIGAÇÕES VINCULADAS **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2024** **(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)**

Aos XX dias do mês de XXXXXX de 2024, foi realizado o certame na modalidade **Pregão Eletrônico nº 48/2024, sob o Sistema de Registro de Preços, na Prefeitura Municipal de Taiuva**, Estado de São Paulo, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises diárias de exames laboratoriais constantes no **ANEXO III**, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

1 - DAS DISPOSIÇÕES DO EDITAL E DAS OBRIGAÇÕES VINCULADAS

1.1. Esta Ata de Obrigações Vinculadas é anexo integrante da Ata de Registro de Preços.

1.2. Esta Ata de Obrigações Vinculadas vinculará apenas a licitante vencedora, dispensando a remessa posterior de Contrato ou Ata Contrato ou qualquer outro documento de obrigações vinculadas.

1.3. Eventual recurso ou impugnação que modifique a qualidade de adjudicatário, automaticamente desobriga aquele que perdeu tal qualidade.

1.4. Em caso de adjudicação em razão de convocação à negociação sucessiva com licitante remanescente, nos termos deste edital, uma vez aceito o preço, o novo adjudicatário ficará vinculado a Ata de Obrigações Vinculadas.

2 - DOS PREÇOS

2.1. O preço unitário de cada exame é aquele constante no **Anexo III, com desconto de ____% (_____)**, o qual é parte integrante do presente ajuste.

2.2. No preço já estão inclusos todos os custos e despesas, inclusive transporte, taxas, impostos, materiais e outros relacionados à execução do objeto deste ajuste.

2.3. A despesa anual com a execução dos serviços objeto desta licitação é estimada em R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

2.4. À Administração reserva-se o direito de adquirir os serviços mensais, objeto da presente licitação, conforme a necessidade Administrativa.

3 - DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá a validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data da homologação e poderá ser prorrogada nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A extinção da Ata de Registro de Preços extingue automaticamente a Ata de Obrigações Vinculadas.

3.3. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços a Administração Pública não será obrigada a firmar contratação com o vencedor, facultando-lhe justificadamente a realização de licitação específica para a execução dos serviços pretendidos.

4 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cada prestação de serviço será observado o preço da Ata de Registro de Preços e as condições constantes do edital e do que a precedeu o certame e/ou integrou o procedimento de licitação.

5 - DA REQUISIÇÃO DO OBJETO

Os serviços serão requisitados mediante requisição específica da Secretaria Municipal de Saúde.

6 - DO FORNECIMENTO

6.1. A **DETENTORA** deverá prestar serviços de alto padrão de qualidade, com a capacidade técnica exigida, compatíveis com os serviços e cumprindo plenamente suas obrigações, em conformidade com os padrões éticos e técnicos cabíveis, de forma humanizada, ordeira e de qualidade.

6.2. Os serviços serão executados no laboratório da **DETENTORA** ou posto de coleta para esse fim instalado no Município de Taiuva, sob sua responsabilidade, correndo, os insumos utilizados à conta de suas expensas.

6.3. Os serviços pactuados neste ajuste serão prestados em regime de empreitada, sob a modalidade de preço unitário por exame realizado.

6.4. A **DETENTORA** deverá realizar a coleta diariamente, de segunda à sexta, no horário das 7h às 17h.

6.5. Eventuais casos de urgência e emergência serão tratados diretamente com o profissional indicado pela **DETENTORA**.

6.6. Os resultados dos exames laboratoriais serão disponibilizados por meio digital à unidade de saúde requisitante, nos prazos estabelecidos, sendo no máximo de 05 (cinco) dias úteis para exames de análises clínicas e de até 06 (seis) horas para os exames de urgência e emergência, contados a partir da coleta dos respectivos materiais.

6.7. Somente serão aceitos fora dos prazos estabelecidos no item anterior, os exames cuja técnica necessite de um período maior para sua liberação.

6.8. A **DETENTORA** deverá permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Vigilância Sanitária Municipal, a qualquer tempo, obrigando-se a **DETENTORA** atender ao disposto nos atos normativos aplicáveis, expedidos pela **ANVISA** e pela **Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo**.

6.9. A **DETENTORA** deverá executar os serviços responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais fiscais e comerciais, resultante de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o **ADMINISTRAÇÃO**, bem como pelos materiais e equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços.

6.10. A **DETENTORA** deverá apresentar solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos exames ou de atrasos junto ao paciente, médico e Secretaria Municipal de Saúde.

7 - DA QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Dano físico, moral, psicológico causados direta ou indiretamente aos pacientes, seja por culpa ou dolo, verificados por falhas, negligência, imprudência, imperícia na execução dos serviços, caracteriza Cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo as sanções cominadas em lei.

7.2. Diante da não qualificação de determinado serviço, a **DETENTORA** deverá promover a complementação diferenciada, porém do mesmo segmento, a fim de atingir seus objetivos, sem qualquer tipo acréscimo monetário dos serviços contratado, sob pena de inadimplência do ajuste.

7.3. O serviço prestado de má qualidade, de forma continuada, caracterizará rescisão do ajuste.

7.4. Os serviços serão avaliados pela Supervisora de Serviços de Saúde.

8 - DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços poderá ser alterado com as devidas justificativas por acordo entre as partes quando necessária sua modificação, bem como o modo de fornecimento em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos originais.

8.2. O regime de execução constante desta ata também poderá ser alterado quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação de fornecimento.

9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

9.1. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria Municipal por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico à **DETENTORA** após o recebimento definitivo das notas fiscais eletrônicas/fatura, devidamente conferidas e aprovadas pela **ADMINISTRAÇÃO**.

9.2. A nota fiscal eletrônica, sem qualquer rasura, deve ser emitida até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e será paga em até 30 (trinta) dias, contados da liquidação, mediante apresentação de Laudo de Medição dos Serviços prestados, atestada pela Supervisora de Serviços de Saúde, salvo reprovação de serviços ou da própria fatura.

9.3. Em cada nota fiscal eletrônica emitida deverá ser destacado o imposto retido de acordo com a legislação tributária, não havendo destaque dos impostos, a **ADMINISTRAÇÃO** efetuará a retenção do valor de acordo com as normas legais vigentes e a tabela de retenção aplicáveis ao caso.

9.4. Para cada nota fiscal eletrônica haverá o Laudo de Medição correspondente.

10 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

O reajuste de preços será de acordo com a **TABELA SIGTAP DO SUS**, com o percentual desconto ofertado pela **DETENTORA**.

8 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pelo orçamento vigente, constantes da indicação contábil.

9 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Ficha 156

02 – Executivo

02.06.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0018.2024 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha 186

02 – Executivo

02.06.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0018.2033 – Manutenção Fundo a Fundo - FNS

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

10 - DO SUPORTE LEGAL

Este Processo Licitatório é regulado pelos seguintes dispositivos legais:-

Lei nº 14.133/2021;

Lei Federal nº 4.320/64;

Decreto Municipal nº 3.144/2023

Decreto Municipal nº 2.404/17;

Lei Orgânica do Município;

Orçamento Vigente;

Pregão Eletrônico nº 48/2024 - Sistema de Registro de Preços.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

11.1. Rejeitar quaisquer serviços se não executado de acordo com o estabelecido;

11.2. Regressar contra a **DETENTORA** no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da má execução dos serviços;

11.3. Executar o pagamento da forma disposta.

12 - DAS RESPONSABILIDADES DA DETENTORA

12.1. Executar fielmente os serviços nos termos desta Ata e da Ata de Registro de Preços, do edital e demais normas legais respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

12.2. Responsabiliza-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução do contrato;

12.3. Responsabiliza-se por danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pela **ADMINISTRAÇÃO** não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

12.4. Eventuais locomoções, acomodações e alimentações de pessoal, para cumprimento do ajuste;

12.5. Fornecimento e fiscalização, de seus funcionários, no que tange ao uso de Equipamentos de Proteção Individual, durante a execução ajuste;

12.6. Manter durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.7. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no caso de mudança de situação no contrato social, endereço ou telefone;

12.8. O pessoal envolvido na realização dos serviços deverá se apresentar devidamente uniformizado e com crachá de identificação;

12.9. Garantir o sigilo dos dados e informações dos pacientes.

13 - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização dos serviços será exercida pela Supervisora dos Serviços de Saúde, a Senhora Maria do Carmo Velho, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso de sua execução e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora.

13.2. A fiscalização da **ADMINISTRAÇÃO** não exclui e nem reduz a responsabilidade da **DETENTORA** por quaisquer irregularidades, ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência dessas, não implica em corresponsabilidade da **ADMINISTRAÇÃO** ou de seus agentes e prepostos.

13.3. A **ADMINISTRAÇÃO** se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados no edital e seus anexos.

14 - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não haverá subcontratação, não se admitindo a cessão ou transferência de obrigações, bem como a cisão da empresa ou ainda fusão ou incorporação que modifique a atividade empresarial inerente ao objeto lícito.

15 - DOS CASOS OMISSOS

Para os casos omissos serão resolvidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo que em caso de lacuna poderá ser adequada amparando-se pela legislação aplicável e pelas cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

16 - DA INEXECUÇÃO

16.1. A inexecução total ou parcial de quaisquer termos desta ata de registro de preços enseja a sua rescisão com consequências e previsões nela estabelecidas, bem como aquelas previstas em leis ou regulamentos que regem a matéria.

16.2. Os casos de cancelamento da ata serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ser determinado por ato unilateral e escrito pela administração, por solicitação da adjudicatária, por acordo entre as partes.

17.2. Qualquer cancelamento será reduzido a termo no processo de licitação.

17.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.4. Os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovados enseja rescisão amigável.

17.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito por ato unilateral, pela administração, quando ocorrer:

17.5.1. Não cumprimento de serviços e prazos;

17.5.2. Cumprimento irregular de serviços e prazos;

17.5.3. Lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;

17.5.4. Atraso injustificado na prestação de serviços;

17.5.5. Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à administração;

17.5.6. Subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas;

17.5.7. Desatendimento das determinações regulares;

17.5.8. Decretação de falência;

17.5.9. Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

17.5.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução dos serviços;

17.5.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a adjudicatária e exaradas no processo administrativo;

17.5.12. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos será feito por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

17.5.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da adjudicatária, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado os preços registrados após 05 (cinco) dias da publicação.

17.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela adjudicatária mediante solicitação por escrito, quando ocorrer:

17.6.1. Impossibilitadas de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

17.6.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Administração tendo já recebido o serviço, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à adjudicatária o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

17.6.3. A solicitação da adjudicatária para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades caso não aceite as razões do pedido.

17.7. A administração deverá ressarcir os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido o fornecedor e ainda promover os pagamentos devidos pelo serviço, bem como os pagamentos do custo da desmobilização, quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da **DETENTORA**.

18 - DAS SANÇÕES

18.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

18.1.1. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

18.1.2. Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

18.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto e/ou fornecimento;

18.1.4. Atrasar na entrega do objeto requisitado;

18.1.5. Demais sanções administrativas previstas em lei.

19 - DA MULTA

19.1. Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, as inadimplências incorrerão a ambas as partes:

19.1.1. Multa à razão de 5% (cinco por cento) do valor da inadimplência;

19.1.2. Juros à razão de 1% (um por cento) do valor da inadimplência, ao mês;

19.1.3. Correção monetária pela Tabela Prática Judicial.

20 - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Jaboticabal, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Taiuva, XX de XXXXXXXX de 2024.